

POLÍTICA DA FILOSOFIA NO BRASIL*

Olinto A. Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Seria possível pensar seriamente em Filosofia na era da ciência e da técnica ?

Será lícito entregar-se à especulação em nosso país e Continente Latino-Americano enquanto gravíssimos desafios sócio-econômicos exigem prioridade absoluta ? O Calculismo tecnocrata e todo o regime totalitário respondem negativamente e reprimem o discurso filosófico por considerá-lo ocioso e desnecessário. Todo o regime de força precisa silenciar a força do pensamento, a pluralidade das perspectivas e a criatividade cultural.

Por outro lado, as perguntas acima devem ser respondidas positivamente contanto que o discurso filosófico seja um discurso contemporâneo, numa universidade contemporânea no seio de uma sociedade em transformação. Só assim a Filosofia será discurso vivo, interessante e influente no processo. A contemporaneidade do discurso, não dispensa sua articulação com o pensamento do passado e com as preocupações do futuro. Especialmente o discurso filosófico deve situar-se na temporalidade que abrange sempre a tríplice dimensão do tempo. Nenhum discurso, e muito menos o filosófico, é meramente presente no sentido do "hic et nunc".

Se aceitarmos a premissa da contemporaneidade do discurso filosófico, então o problema central da Filosofia consistirá no modo de sua atuação e elucidação dos dramas da existência real no âmbito nacional, continental e mundial. Que pode e deve dizer o filósofo sobre as tendências políticas, econômicas e sócio-culturais de sua época ? Que críticas, que denúncias fará ? Que propostas globais poderá entrever ? Que contribuição dará a Filosofia para denunciar a estreiteza do economismo, a fúria das ditaduras, a ganância das multinacionais ? Estas perguntas escondem em seu bojo uma visão da história e uma concepção do homem no processo histórico: implicam o desafio da articulação do sentido da existência. Sem dúvida, uma das tarefas do filósofo é de penetrar radicalmente nestes problemas, não para formular teorias desvinculadas e descomprometidas, mas para, no seio da comunidade sócio-cultural, contribuir com pistas que abram melhores condições de existência e convivência do homem sobre a Terra.

A UNIVERSIDADE E A FILOSOFIA NA CULTURA QUANTIFICADA

A mentalidade tecnicista e quantitativa tomou conta das universidades através do burocratismo atrelado ao sistema de dominação polí-

* Artigo publicado no Diário do Povo de Porto Alegre.

tica. A partir do “slogan” demagogo da “universidade para todos” multiplicaram-se centros de ensino superior em larguíssima escala sem a menor preocupação pela qualidade do ensino e pela autêntica formação da juventude. Basta somar uns tantos créditos para se obter diploma universitário. Há salas de aula com mais de 100 alunos. É o saber quantificado distribuído aos alunos massificados. Tudo isto é regido por um quadro de leis contraditórias e centralizantes. Deste ambiente tendem a afastar-se os mestres mais esclarecidos desde que outras oportunidades lhes sejam oferecidas. Sobram professores mal pagos e, muitas vezes, mal preparados para suas funções. A eles se pede comportamento burocrático. O aluno é a maior vítima enquanto perde, na universidade, preciosos anos de juventude preparando-se para fazer coisa nenhuma.

Esta universidade perde evidentemente seu papel criador. Ao invés de ser um centro de influência, torna-se o lugar de dependência do tecnicismo e da dominação externas a seus quadros. Tomada pela mentalidade tecnicista, acaba convencendo-se e ufanando-se de ser o lugar do saber exato. Lugar onde os professores transmitem doutrinas certas a alunos que as aprendem sistematicamente. Cuida a burocracia, através de legislação específica, que ninguém se preocupe com assuntos “alheios” aos livros como política e participação social.

Todo movimento participatório é indesejável. Não espanta que este tipo de universidade exija, por exemplo, que o curso de Psicologia se ocupe dos desvios ideológicos contrários ao regime; que a História se esmere em transmitir fatos palacianos; que a Arquitetura forme jovens voltados para o mercado imobiliário sofisticado e consumidor de materiais caros e desnecessários; que a área tecnológica prepare operadores das empresas multinacionais etc.

Assim, a universidade é um mundo alienado da verdadeira situação da comunidade e prepara jovens para os quadros da dominação econômica e política.

Neste contexto, situa-se também a Filosofia. Ela tem o papel importante de legitimar o sistema. Os regimes totalitários gostam de aparecer como protetores da cultura, do esporte, da arte e da filosofia.

Eles não fecham as faculdades de Filosofia, mas selecionam os mestres aposentando os que não interessam. Naturalmente esperam que a Filosofia transmita um saber absoluto, inventado pelo gênio dos grandes mestres do passado. Os bons professores são aqueles que conservam e transmitem integralmente este saber monumental. O filósofo que se dedica a contemplar as causas últimas e transcendentais terá sempre lugar na universidade alienada e nos regimes fortes. Quando um professor enveredar para a análise das cousas próximas, dos problemas que nos circundam; quando se interroga sobre a justiça, a eticidade do regime, o absurdo, a

miséria, da doença e da fome produzidos pelos sistemas; quando um professor tratar destas causas próximas, cai na desgraça oficial e na mira dos chefes departamentais. Foi por isso que entre nós muitos de nossos colegas foram aposentados. Passaram a ganhar para não pensar; ganhar para não entrar no estabelecimento de ensino.

Embora atrelada, burocratizada e subserviente, a filosofia foi mantida no âmbito universitário como ornamento. Mas nos cursos secundários o ensino da Filosofia passou de obrigatório a optativo e de optativo a proscrito. Em seu lugar colocaram-se moral e cívica e EPB, cujos manuais foram elaborados por turiferários do sistema. Alega-se que o jovem tem dificuldades de penetrar nas grandes questões "metafísicas". Dizia-se que os professores eram mal preparados e não conseguiam interessar os estudantes. Por isso seria inútil na era da técnica tentar comunicar proposições abstratas aos jovens. Segundo os mestres do regime, desde cedo o jovem precisa ser orientado para o saber objetivo, profissionalizante. De fato, trata-se da imposição do saber quantitativo e estabelecido sobre o saber qualitativo e questionante. Quanto menos questões houver, tanto melhor para o regime. Por isso, convém evitar as disciplinas que possam colocar questões importantes.

Assim chegamos ao estágio atual do ensino nacional. O ensino quantitativo, burocratizado e alienado está atingindo seu momento mais baixo, do primário ao doutorado. O ensino perdeu a densidade e a qualidade. Um dos resultados desta situação está no aparente desinteresse dos jovens pela cultura, na sua insegurança na redação coerente e lógica de um texto, no aparente desprezo pela língua pátria. A raiz destes defeitos não está nos jovens mas na velhice do sistema educacional enraizado nas premissas da segurança nacional.

Por isso, quando os professores e alunos clamam pelo retorno da filosofia no segundo grau, não estão pedindo o simples fato da introdução de uma cadeira a mais. Isto é fácil de fazer. Basta um simples decreto. Pelo contrário, através da tese do retorno da filosofia, os professores e alunos levantam um problema máximo que é o da reestruturação total do sistema educacional, de alto a baixo, fazendo-o passar da quantidade para a qualidade. Este é o empenho de quantos pensam a sério sobretudo no seio das Associações de Professores e Diretórios Acadêmicos.

II) UNIVERSIDADE E FILOSOFIA NA CULTURA QUALITATIVA

Sem dúvida, a universidade deverá sacudir a alienação e o servilismo e constituir-se em lugar do saber crítico, preparando lideranças que contribuam na construção de uma sociedade qualitativa fundada na justiça e na convivência digna do homem.

A universidade crítica não transmite um saber pronto e irreformável. Mais que transmitir a exatidão procura despertar o estudante para a inexatidão do processo histórico. Isto é, a universidade crítica ajuda a formar uma postura sempre aberta à autocrítica e às novas análises das pessoas e da realidade. Numa palavra, a universidade crítica ajuda a formar e a exercer o julgamento das situações existenciais; ajuda a formar o espírito de denúncia positiva do alcance e das limitações das teorias; ajuda a enunciar novas alternativas e premissas de explicitação que sejam mais abrangentes que as anteriores.

Aqui, não há lugar para modelos definitivos. Todos eles são provisórios e de abrangência limitada. Daí a criatividade e a contínua reformulação são exigências fundamentais da universidade crítica.

Aqui o imobilismo burocrático e subserviente perde toda a vigência. A liberdade acadêmica criativa e participatória é a primeira condição da universidade crítica. A universidade crítica é essencialmente participante do processo evolutivo da sociedade. É absurdo o fechamento intramuros. Indispensável a participação de todo o corpo acadêmico na solução dos problemas reais da comunidade. É em torno dos problemas concretos que se dá a interdisciplinaridade e a conjugação das posições científicas.

Na criação desta universidade, a atuação das associações de docentes e diretórios acadêmicos é decisiva. São eles que fazem todos os dias a universidade, renovando e recriando não só as teorias científicas mas também as práticas administrativas. Por isso, é intrinsecamente inviável uma reforma universitária preparada em gabinetes burocráticos ainda que imbuídos das melhores intenções e abertura.

Neste contexto devemos situar também a filosofia. Qual o lugar e o papel da filosofia numa universidade aberta e crítica ?

Podemos descrever, ainda que sumariamente, o papel da filosofia em três proposições: a) a função da filosofia é questionar, pôr em crise, a abrangência de suas proposições e sistemas, bem como o alcance e limites dos sistemas científicos e outros modos de conhecer o mundo. Por isso, nenhum sistema filosófico é acabado. A filosofia é um contínuo exercício de interpretação da existência. Nenhum sistema é capaz de abarcar a totalidade das manifestações do real. Por isso são sempre provisórios e parciais em sua abrangência; b) A filosofia busca chaves de interpretação e leitura da realidade. Por exemplo, a chave de leitura de Aristóteles foi a teoria da composição de matéria e forma. Para Hegel foi o espírito absoluto; Marx encontrou sua chave de leitura da sociedade na posse dos meios de produção e nas relações de produção. Em nosso meio, uma chave de leitura significativa é a filosofia da libertação como denúncia de todos os tipos de dependência sócio-político e econômicos e o anúncio de um salto qualitativo na comunidade humana. Estas chaves de leitura são sempre incomple-

tas; c) Enfim a filosofia esforça-se para articular o sentido de tudo quanto existe. Parte denunciando o não sentido de muitas situações humanas, sociais, políticas e culturais e segue propondo e anunciando pistas de solução mais adequadas ao convívio humano e cultural em todos os níveis. A pergunta pelo sentido é profunda e abrangente. É a pergunta pelo lugar e pela função de cada coisa no contexto global. Por exemplo, qual o lugar da técnica na cultura humana e qual sua função no processo da existência. Mais ainda a pergunta pelo sentido, chega a um alto grau de radicalidade quando coloca questões como estas: por que e para quê existe o homem e cada pessoa ? A que nos leva o processo histórico ?

Nestas três proposições procuramos descrever o papel da filosofia. Acrescentemos que ela é necessariamente dialética, porquanto procura articular a realidade que é dialética. É também crítica porque sua função principal consiste em criticar a abrangência e as limitações dos modelos de interpretação e explicação da realidade.

A Filosofia, assim entendida, se ocupa do sentido de todas as causas e não apenas das últimas e supremas como insistem certos autores. Ocupa-se, sobretudo, das "coisas" que não fazem sentido na comunidade. As ditas causas imediatas ou próximas escondem grandes problemas filosóficos.

Quando dizemos que a filosofia busca a articulação do sentido, falamos de sua universalidade e de sua abertura. Os termos da filosofia são sempre universais. Todos os homens e todas as culturas se colocam, por exemplo, a questão da liberdade, do sentido de cada pessoa, do destino da história. Entretanto os temas universais não têm uma resposta unívoca, mas pluralista. Por exemplo, a liberdade tem muito de comum entre todos os povos; mas seu exercício efetivo coloca-se de modo diferente segundo as situações concretas de cada lugar. Portanto a universalidade é sempre vista na diferença das situações singulares. É, por isso, que a universalidade do discurso filosófico se articulou de modo diferente na Grécia, Roma, França, Alemanha etc.

Ademais a filosofia, como articulação do sentido, é sempre aberta às articulações futuras. A filosofia olha mais da situação presente em direção do futuro que em direção do passado. Por isso, é altamente perigosa a filosofia que se resume em recordar corretamente os modelos filosóficos passados. Arrisca perder a criatividade e a capacidade de leitura dos fatos que correm no presente.

A que serve então a sabedoria dos antigos ? Quem não começa o estudo da Filosofia recordando o que os mestres já disseram ? Os mestres do passado, sem dúvida, gozam de grande atualidade na medida em que nós os tomamos como interlocutores de nossos debates. Nossos debates devem versar sobre nossa existência contemporânea. Esta é obscura, faz graves desafios, nos coloca diante de alternativas difíceis. A consulta aos mestres do passado nos ajuda a equacionar nossos problemas. Neste sentido, os mais profundos filósofos do passado são nossos contemporâneos, porquanto eles analisam, com grande radicalidade, os problemas que sempre o homem se põe de modo diferente seguindo a cultura e o tempo.

Enfim, a filosofia é um discurso contemporâneo porque analisando em profundidade nossos problemas, servindo-se dos mestres passados como interlocutores, esforça-se para iluminar um pouco adiante a caminhada do homem e o desdobramento do processo histórico.

III) RETORNO DA FILOSOFIA NO 2º GRAU

Defendemos o retorno da filosofia no segundo grau. Esta proposição não postula um simples decreto, reintroduzindo uma disciplina na atual estrutura do ensino do primeiro e segundo graus. Sem dúvida, a filosofia foi retirada por razões ideológicas e estratégicas inspiradas na segurança nacional. Mas há que reconhecer que a filosofia ministrada em aula, geralmente era acrítica e ornamental. Os alunos cada vez menos se interessavam na repetição de doutrinas obscuras dos pressocráticos a Hegel. As aulas eram dadas de tal modo que criavam a repulsa dos alunos. Em geral reinava esta situação um pouco por toda parte. Por outro lado, a opção quantitativa da Lei de Diretrizes e Bases, interessada em preparar mão-de-obra para o desenvolvimento quantitativo, fechou o espaço para a Filosofia. Ao modelo proposto a Filosofia não interessava.

Quando propomos o retorno da Filosofia queremos, antes de tudo, criticar a situação do ensino em todos os níveis. O primeiro e o segundo graus também precisam de um salto qualitativo. Precisam passar da quantidade para a qualidade do ensino.

Todo o ensino deve ser crítico. A Geografia, a História, a Filosofia, enfim todas as disciplinas devem orientar o aluno a uma postura pessoal, a uma visão ampla e crítica das coisas que estuda. Não interessa quanto aprende mas como aprende, com que mentalidade e com que perspectivas o jovem termina seu curso.

Só neste contexto a Filosofia poderá atuar. Só numa radical reestruturação do curso secundário poderá haver lugar para a Filosofia crítica.

Então esta alimentará tanto a visão dos professores quanto a dos alunos. Para que a escola secundária seja crítica, os diretores e professores devem formular programas onde este exercício seja possível. Mas ninguém terá visão crítica sem estudar os grandes temas da Filosofia.

A Filosofia ajudará os jovens a posicionar-se de modo pessoal e fundamentado. Aprenderão a comparar situações e modelos de interpretação.

O raciocínio e a reflexão crítica não têm época certa para aparecerem e nem têm escolas definidas onde se aprendem. É de elementar evidência que, desde a primeira juventude, as pessoas colocam problemas profundos e sérios de ordem pessoal, social e cultural. Como pode a escola secundária omitir-se sob a alegação de que tais assuntos serão objeto do curso superior ?

Ajudar os jovens a formarem uma visão pessoal do mundo em que vivem constitui-se na razão fundamental do retorno da Filosofia no segundo grau, no contexto acima citado.